

# BIOPOLÍTICA E VIOLÊNCIA: OUTRO OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER NA ESCOLA

GONÇALVES, Adalgisa de Oliveira – PUCPR/  
USFSC  
[adalgisa.oliveira@pucpr.br](mailto:adalgisa.oliveira@pucpr.br)

Área temática: Violências e convivência nas Escolas: Fatores, manifestações e relações sociais no espaço escolar  
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

## Resumo

Neste trabalho, buscamos uma aproximação entre os conceitos de biopolítica e violência escolar com o objetivo de favorecer um outro olhar sobre as relações de poder na escola. Muitas crianças e jovens encontram-se em situação de ‘sacralidade’ dentro das escolas brasileiras, sujeitados por uma biopolítica que regula a população escolar nos mesmos moldes da regulação, do controle e governabilidade exercida pelo Estado. A biopolítica nos ajudará a lançar um olhar, ainda que breve, sobre as situações externas que afetam a escola e muitas vezes gera a violência como o controle populacional da fome e do desemprego, por exemplo. A biopolítica é um termo novo nas análises da violência escolar, mas amplia nossas horizontes na interpretação das microviolências tácitas e inerentes ao contexto da escola. Todos esses conceitos aplicados para observar as relações de poder no interior das instituições de ensino de educação básica poderão colaborar na compreensão da violência sob outra perspectiva, fundamentado nas próprias representações dos alunos e das alunas.

**Palavras-chave:** Biopolítica, Relações de Poder; Violência; Violência Escolar

## Introdução

Constata-se no Brasil o aumento crescente da violência. Desde a última década, a violência tem atingido, sobretudo, os jovens, como nos atestam os Mapas da Violência no Brasil (WAISELFISZ, 1998a, 1998b, 20002, 2004; 2006, 2007). Pesquisadores, como Abramovay (2002), Adorno (1994), Arnoud e Damascena (1996), concordam em ver nesse problema uma questão crucial nas análises sobre educação.

A violência nas instituições de ensino se amplia para além da simples consideração do estado físico, psicológico, cultural e pessoal dos atores envolvidos, pois ela ultrapassa justamente os limites das análises estatísticas que vêm sendo apresentadas pelos mapas da violência. A questão que nos parece relevante é justamente a permanência de certo discurso que mantém a escola numa relação de polaridade com a sociedade, a modo de

exterior e interior, do que está dentro da escola (seus atores e certo ordenamento próprio) e o que “vem” de fora (em nosso caso, a violência desordenadora e desagregadora).

Essa tensão, gerada pela relação de polaridade, pode ser analisada sob diferentes pontos de vista: da sociedade, que observa de longe as informações advindas da mídia e emite suas opiniões, mantendo certo distanciamento; da comunidade educativa, que vive o dia-a-dia das relações escolares; pelos pesquisadores que estão atentos aos processos relacionados à educação. Nesse conjunto, ressaltamos também as interferências do Estado por meio das políticas educacionais e as formas de regulação dessas políticas no interior de cada unidade escolar.

Na análise dessas questões, tem tido papel relevante as pesquisas da sociologia da educação. Ao relacionar situações-problema que outrora não se pensava que poderia ser feito – fome e aprendizagem; trabalho infantil, violência familiar e fracasso escolar; culturas juvenis e culturas escolares, etc. –, essas pesquisas estimularam políticas com o objetivo de erradicar os problemas que se evidenciavam como um óbice à aprendizagem, desde projetos governamentais, como o programa Bolsa Família<sup>1</sup> e a política de cotas<sup>2</sup>, até iniciativas de ONGs, como os projetos de inclusão digital. Sem julgar a validade dessas ações, gostaríamos de salientar a importância de investigações científicas que levem a ações efetivas também no campo a violência escolar.

De fato, por meio dos estudos sobre a vida das populações escolares, vimos surgir indagações mais profundas acerca da vida dessas populações que num âmbito micro se torna uma caixa de ressonância das macro realidades sociais e políticas. Se a escola reflete a sociedade como destaca a sociologia da educação, longe de permanecer passiva apontando causas externas, ela precisa se autoavaliar e se organizar a partir de dentro.

Neste trabalho, faremos, mesmo que de forma breve, uma aproximação dos conceitos de biopolítica e vida nua na compreensão da violência escolar. Esse modo de tratar o tema, ainda pouco explorado, reconhecemos ser ainda de caráter incipiente no âmbito da pesquisa nacional. Entretanto gostaríamos de contribuir com a reflexão levando algumas possibilidades de abordagem do assunto, incentivando, assim, o debate necessário.

---

<sup>1</sup> Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006.

<sup>2</sup> No Brasil a política de cotas raciais, em vigor desde 2001, visa a garantir espaço para negros nas instituições de educação superior.

Inspiramo-nos em Michel Foucault, em seus estudos sobre as relações de poder, e nas pesquisas recentes de Giorgio Agamben sobre vida nua e biopolítica. Na primeira parte deste artigo definiremos os conceitos-chave em questão (biopolítica, vida nua e violência); na segunda, faremos a aproximação desses conceitos com a violência escolar.

Ressaltamos que aquelas situações como a fome, a violência e a regulação política estão inseridas numa malha intrincada de relações de poder em que o que está em foco é a própria vida. Este é o enfoque que queremos salientar na segunda parte deste artigo. O conceito de biopolítica, tratados por Foucault e Agamben, nos ajudará a lançar outro olhar sobre esta questão, a violência escolar.

### **Do biopoder à biopolítica**

Para Foucault, o biopoder começa quando, a partir do século XVIII, há aumento de problemas relacionados à população francesa e todos os problemas, segundo ele, são levados em conta (por exemplo epidemias, condições de moradia, higiene) e são vistos vinculados ao problema central, isto é, a relação política e corpo biológico. Aliado a esse fato surgiam novos tipos de seberes, assim como se estabeleciam aparelhos de poder que permitiam a intervenção direta e a manipulação e o controle da população (FOUCAULT, 2002, p. 275).

Na dimensão do biopoder, a sociedade contemporânea se aperfeiçoa na organização da vida social, aplicando técnicas de poder que vão em direção a formas de regulação dos corpos, avançando por diferentes territórios caracterizados como biopolítica, isto é, a força, como já dissemos, que regula as multidões. Esta força é diferente da disciplina investigada em *Vigiar e Punir* (1996) cuja ocupação é formar corpos dóceis, mas de certa forma se complementam, relacionando uma forma de poder a outra, caracterizando, assim, o biopoder.

O termo (biopoder) surge no século XVIII na mesma época em que começa a ser utilizada a palavra população. Essa palavra passa a indicar um conjunto de indivíduos que forma uma célula mensurável, visível e governável. Os saberes que dela derivam, como a demografia, passa a ser de grande utilidade na contagem, controle e regulação dessa célula. Esse corpo vivo é assumido pelo Estado cujo objetivo é promover mais vida, controlando doenças, sanitizando as cidades, protegendo a espécie. Essa virada contemporânea leva á conhecida virada biopolítica, quando o “deixar viver – fazer morrer” dá lugar ao “fazer

viver – deixar morrer”. É nesse sentido que Foucault introduz o termo biopolítica em conferência sobre a Medicina Social, em 1974, ao dizer que “o corpo é uma realidade biopolítica” (2002, p. 80).

Segundo Esposito (2006, p. 9),

Foucault analisou essas etapas de governamentalização da vida a partir do chamado poder pastoral, vinculado à prática católica da confissão, em relação ao Estado, em relação à polícia (termo com o qual se referia a todas as práticas referidas ao bem-estar material). A partir desse momento, por um lado, a vida (sua manutenção, seu desenvolvimento, sua expansão) assume uma relevância política estratégica, se convertendo na aposta decisiva dos conflitos políticos e, por outro, a mesma política tende a configurar-se seguindo modelos biológicos e, em particular, médicos.

Foucault não desenvolveu o conceito de biopolítica, pois permaneceu no campo da política, assim como Hannah Arendt. No entanto Hannah (1998) abre perspectivas de estudo ao dizer que, a partir do momento em que a vida passa a ser o ‘bem supremo’ e a preocupação principal do Estado, a política desaparece. Giorgio Agamben (2007) retomou esse aspecto da valorização da vida pelo estado e deu prosseguimento às pesquisas sobre biopolítica, relacionando-a ao conceito de vida nua/ *homo sacer*.

Analisando situações que não tinham sido propriamente objeto de análise de Foucault, como os campos de concentração e o problema dos refugiados na Europa (2005), Agamben procurou mostrar como o humano aparece subjugado ao poder soberano. Ele aborda a questão da violência a partir de um novo paradigma que é o do *homo sacer*, exemplo encontrado por ele nos sistemas jurídicos romanos antigos. Os conceitos de soberano, estado de exceção, biopolítica são aprofundados por ele na perspectiva de sacralidade, isto é, da separação, do abandono. Para o autor, a produção de um corpo biopolítico é a contribuição original do poder soberano, porque o que é capturado nessa esfera do soberano é a vida (AGAMBEN, 2007, p. 75).

Roberto Esposito (2006) não menciona em seu livro nada sobre a vida nua, mas contrapõe a biopolítica a uma tanatopolítica, isto é, não uma política para a vida, mas para a morte, como aquela praticada pelos nazistas. No entanto o autor concorda com Agamben que a novidade da biopolítica moderna é que o dado biológico seja imediatamente biopolítico. Isso quer dizer que desde o nascimento o indivíduo está sujeito ao Estado soberano. “É a crescente implicação da vida natural do homem nos mecanismos e nos cálculos do poder” (AGAMBEN, 2007, p. 125).

Para Agamben (1995/2007) e Esposito (2006), é preciso voltar a atenção para a questão da biopolítica no mundo moderno, para que esta não seja meio de se camuflar, em projetos supostamente humanitários, uma tanatopolítica, como foi o caso da imunização do povo alemão pretendido pelo poder nazista. Para purificar a ‘raça’ ariana e eliminar doenças e deficiências, decidia-se quem devia viver ou morrer, e até mesmo nascer. Sobre esse aspecto, Agamben afirma que “o humanitário separado do político não pode senão reproduzir o isolamento da vida sacra (vida nua) sobre o qual se baseia a soberania, e o campo, isto é, o espaço puro da exceção, é o paradigma biopolítico para o qual ele não consegue encontrar solução” (2007, p. 140).

### **Violência e violência escolar**

No sentido etimológico de violência há uma forte ligação com o termo força. No latim *violentia* que significa bravura, força. O verbo *violare* quer dizer transgredir, profanar. A referência de ambos os termos é *vis*, que quer dizer força, vigor, potência, violação, emprego de força física, e também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. No grego *vis* corresponde a *is* que significa músculo, ou ainda força, vigor e se vincula a *bia* que quer dizer a força vital, a força do corpo, o vigor e, conseqüentemente, o emprego da força, a violência, o que coage e faz violência (MICHAUD, 1989).

O Dicionário Houaiss define violência como constrangimento físico ou moral; uso de força, coação. No Dicionário do Pensamento Social do Século XX lemos que a violência classifica qualquer agressão física contra seres humanos, cometida com a intenção de lhes causar dano, dor ou sofrimento (ARBLASTER, 1996, p. 803-805).

Esse significado é desconstruído por Arendt (1985), que distingue violência de poder, vigor, autoridade e também de força. Para a filósofa, a violência é eminentemente instrumental, mas ela reconhece que há um caráter de “imprevisibilidade total que encontramos no instante em que nos aproximamos do âmbito da violência” (apud Michaud, 1989, p.12). O sociólogo e historiador Yves Michaud (1989) aproxima essa compreensão de violência aos conceitos de caos, de transgressão e de desordem radical, porque envolve o distanciamento em relação às normas e às regras que governam as situações ditas naturais, normais ou legais. Para ele, há violência quando, na interação, um ou vários atores, direta ou indiretamente, maciça ou esparsamente, agem causando danos a

uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Precisamos estar atentos, diz Michaud (1989), porque as definições mais objetivas e úteis de violência não são isentas de pressupostos, pois há o componente subjetivo condicionado a critérios jurídicos, institucionais e de grupos, além de disposições pessoais. Não se pode comparar a violência de séculos passados com as de hoje, porque as normas e as leis mudam. E também pelo fato de não haver um único discurso nem um saber universal sobre a violência, já que cada sociedade busca suas próprias soluções e critérios.

A percepção da complexidade da violência deve ser vinculada à necessidade de verificação das diferenças e de suas diversas formas de manifestação. Análises e pesquisas recentes produzidas pela UNESCO têm apresentado a violência sob três pontos de vista: direta, indireta e simbólica. A direta refere-se aos atos físicos que atingem a integridade humana (assassinatos, chacinas, genocídio, crimes de guerra, suicídios, acidentes de trânsito e massacres); a indireta são ações coercitivas ou agressivas que resultam em prejuízo psicológico ou emocional; e a simbólica abrange as relações de poder interpessoais ou institucionais (ABRAMOVAY, 2002, p. 27-28).

A violência simbólica, como o abuso de poder, as imposições de conteúdos, as péssimas relações pedagógicas, ou a violência institucional, como a marginalização, discriminação e abandono, são práticas que levam a um assujeitamento que instrumentaliza as estratégias de poder. Ela abriga o exercício da autoridade nas escolas. Bourdieu (2000) destaca que os conteúdos escolares, os programas de ensino, os métodos de ensino e de avaliação, as relações pedagógicas, as práticas lingüísticas representam o poder das classes dominantes sobre as classes populares, desvelando a violência simbólica exercida sobre os alunos pertencentes a essas classes.

Vale salientar o que já foi dito por Sposito (2001) e outros pesquisadores, segundo os quais é preciso distinguir a violência escolar de outros tipos de violência, com o intuito de refinar as análises que possam ser feitas. Mesmo aí é necessário considerar os dois tipos de modalidade que se configuraram como violência escolar: um que são os atos contra a escola, como a depredação, ataques ao patrimônio, e outro que são as relações hostis que se estabelecem entre professores e alunos, entre professores e professores.

Para os estudiosos brasileiros a questão não é diferente do resto do mundo. A violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política, afirma Abramovay (2002). A História do Brasil, argumenta Adorno (1994, p. 19) é, sob certo

aspecto, uma história social e política da violência. Ele se refere às lutas populares, às relações de poder estabelecidas pela cultura, ao Estado Soberano da ditadura militar, entre outros.

### **Violência escolar e vida nua**

Em pesquisa realizada por Abromovay (2002, p. 27), os alunos relataram que há professores que os ignora, deixando-os em situação de humilhados e abandonados:

No cotidiano das escolas, existem vários exemplos de violência institucional, como, por exemplo, alunos que relatam que há professores que têm dificuldade de dialogar com eles, humilhando-os e ignorando completamente seus problemas, não querendo nem sequer escutá-los, pois *a professora não tem nada a ver com isso*. Outros tratam mal os alunos – *safado, marmanjão* –, recorrem a agressões verbais e os expõem ao ridículo quando estes não atendem algo ou quando não conseguem responder a uma pergunta: *(Botam) apelido, ficam fazendo gracinha(...) vêem o nome da pessoa e colocam apelido. Tem um menino que lá na sala que o professor chama ele de Benedito, fica enchendo o saco. Na nossa sala, o apelido de um moleque é “bunda mole”. O professor chama ele de BM.*

Debarbieaux (2002) diz é preciso entender que a violência escolar é constituída lentamente no interior das escolas de forma irregular e multifacetada. Nesse sentido, o campo semântico se torna um campo de poder, pois é importante que as vítimas consigam dar nome a suas próprias experiências:

(...) a história da violência na escola, assim como muitas outras formas de violência, é a história da descoberta gradual das vítimas, daquelas pessoas esquecidas pela história. É isso que vem acontecendo na França, e o que vem ocorrendo também em termos internacionais, principalmente quando lemos os trabalhos que tratam da intimidação por colegas ou dos ataques de gangues. Essa descoberta acontece quando, gradualmente, passamos a reconhecer o que as vítimas têm a dizer, e a reconhecer, portanto, seu poder de colocar seu sofrimento em palavras (DEBARBIEAUX, 2002, p. 66).

Na pesquisa de Abromovay, podemos perceber, a partir de uma perspectiva biopolítica e de vida nua, que o professor, ao chamar o aluno de “benedito” ou “BM”, está declarando que aquela pessoa foi separada para servir de objeto aos seus gracejos desmesurados. Não estaria este aluno numa situação de sacralidade, de vida nua na sala de

aula? Não estaria o professor agindo como o soberano que sacraliza, separa e deixa a pessoa exposta à violência?

Agamben escreve que a exceção expõe a vida nua (*homo sacer*), porque na exceção o poder soberano se manifesta. “O espaço juridicamente vazio do estado de exceção [...] irrompeu de seus confins espaçotemporais e, esparramando-se para fora deles, tende agora por toda parte a coincidir com o ordenamento normal, no qual tudo se torna assim novamente possível” (2007, p. 44).

A relação de exceção é uma relação de bando, no sentido do banimento. Diz o autor (2007, p. 36):

Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem. Dele não é possível dizer que esteja fora ou dentro do ordenamento (...) É neste sentido que o paradoxo da soberania pode assumir a forma: “ não existe um fora da lei”. A relação originária da lei com a vida não é a aplicação, mas o abandono.

Para o filósofo italiano, o que define a condição do *homo sacer* é, sobretudo, o caráter particular da dupla exclusão em que se encontra preso e da violência à qual se encontra exposto. A violência, justamente, é a morte insancionável que qualquer um pode cometer em relação a ele. “Subtraindo às formas sancionadas dos direitos humano e divino, a violência abre uma esfera do agir humano que não é o *sacrum facere* e nem a ação profana” (2007, p. 90).

Essa zona de indiferença entre o sacrifício e o homicídio é chamada de soberana. “Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nessa esfera” (p. 91).

Apesar de Agamben não ter escrito nenhum livro sobre a violência, a sua tese sobre *homo sacer* é toda voltada à possibilidade de se praticar a violência sobre a vida nua. A vida nua “matável e insacrifável do *homo sacer*” é deixada à margem para satisfazer os interesses de um ou de uns poucos.

Não consideramos que esta aproximação vá resolver os problemas, mas alargar a reflexão acerca das relações pedagógicas e ampliar a reflexão sobre as conseqüências das violências simbólicas, muitas vezes escondidas em sutilezas, como a atuação de um professor supostamente bem humorado.



Nos termos da biopolítica, a regulação da vida e das relações estabelecidas na escola, não na perspectiva da disciplina, leva a um conjunto de ações operativas e de processos de simbolização para designar a ordem e determinar, hierarquicamente, o lugar de cada um. Nesse sentido terá sempre alguém submetido à esta ordem sujeito a ser sacralizado.

Pelbart (2003, p. 66) comenta que o conceito de vida nua pode, com êxito, ser aplicado à análise de um “vasto leque de fenômenos contemporâneos, desde a biologização da vida até o estado de exceção como política de governo”, porém destaca que o conceito “não é uma unanimidade”. A política sob a perspectiva da vida nua não é unanimidade, visto que “Valérie Mérange lembra que os relatos literários dos sobreviventes dos campos mostram sempre signos de uma firmação vital e política”.

Essa não unanimidade não determina que não possamos descobrir em nossa sociedade, por meio desse paradigma, situações de sacralidade que precisam ser profanadas.

## **Conclusão**

A despeito de quaisquer críticas, o conceito de vida nua e biopolítica abrem de fato novas perspectivas para se compreender o fenômeno da violência nas escolas brasileiras. Trata-se de abrir espaços para debates e pesquisas sobre a biopolítica como uma das formas da prática do poder, de regulação e controle das sociedades modernas, para compreender as violências silenciosas ocorridas nas escolas. Isso representa também a possibilidade de superarmos as análises polarizadas e reconhecer que a violência pode ser parte indissociável da vida das comunidades educativas assim com o é da condição humana. Contudo salientamos, sob o olhar de Hannah Arendt, que onde a violência se apresenta é porque o poder está em crise.

Destacamos, ainda, que somos provocados a revisitar a história da educação a partir de uma genealogia da violência escolar, deixando falar algozes e vítimas a partir de seus lugares e contextos, isso, no nosso entender, abrirá caminhos para a busca de novas formas de relação no interior das escolas.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Miriam. (Coord.), et al. **Escolas e paz**. Brasília: UNESCO/Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_, et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**. Brasília, DF: UNESCO; Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Escola e Violência**. Brasília: UNESCO, 2002.

\_\_\_\_\_. UNESCO OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS. **Escola e violência**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2003.

ADORNO, Sergio. Violência: um retrato em branco e preto. In: GROSBAAUM, E.; ALVES, M. L.; MARTINS, A. M. (Orgs.). **Violência, um retrato em branco e preto**. São Paulo: FDE. Diretoria Técnica. Série Idéias; n. 21, 1994.

\_\_\_\_\_. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental**. Tradução de Selvino Assmann. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer. Il potere sovrano e la nuda vita**. Turim: Einaudi, 2005.

\_\_\_\_\_. **Infância e História: destruição da experiência da história**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. **Infanzia e storia: distruzione dell'esperienza e origine della storia**. Turim: Einaudi, 2001.

\_\_\_\_\_. **La comunità che viene**. Turim: Bollati Boringhieri, 2001.

\_\_\_\_\_. **La potenza del pensiero: saggi e conferenze**. Vicenza/Roma: Neri Pozza, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lo stato di eccezione**. Turim: Bollati Boringhieri, 2003.

\_\_\_\_\_. **Mezzi senza fine: Note sulla política**. Turim: Bollati Boringhieri, 1996.

\_\_\_\_\_. **Profanações**. Tradução e apresentação de Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Profanazioni**. Roma: Nottetempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Quel che resta di Auschwitz: l'archivio e il testimone**. Turim: Bollati Boringhieri, 1998.

\_\_\_\_\_. **Stanze : la parola e il fantasma nella cultura occidentale**. Turim: Einaudi, 2006.

ARBLASTER, A. Violência. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1996.

- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Human Conditon**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- DAMASCENA, Andrea; ARNOUD, E. **Violência no Brasil**: representação de um mosaico. Rio de Janeiro: CERIS, 1996.
- DEBARBIEAUX, Eric e BLAYA, Catherine. (Orgs.). **Violência nas Escolas e Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- CAPONI, Sandra e RUSSO, Marisa. **Estudos de Filosofia e Historia das Ciências Biomédicas**. São Paulo: Discurso, 2006.
- CARUSO, Marcelo. **La biopolítica en las aulas** : practica de concucción em las escuelas elementares del Reino de Baviera, Alemanha (1869-1919). Buenos Aires: Prometeo Libros: 2005.
- ESPOSITO, Roberto. **Bios – Biopolítica y Filosofia**. Buenos Aires: Grama Ediciones: 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 1997.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Vessão 1.0. 5. 270. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- LEIS, Héctor Ricardo; ASSMANN, Selvino Jose. **Crônicas da pólis**: da democracia à corrupção, da esquerda à direita, do terrorismo à natureza humana, do mal à amizade, da religião à técnica. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.
- LUCINDA, Maria da Consolação; NASCIMENTO, Maria das Graças; CANDAU, Vera Maria. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2007 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802007000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 Ago 2008. doi: 10.1590/S1414-49802007000100003

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PINO, Angel. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo.

**Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, 2007. . Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302007000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 Fev 2008. doi: 10.1590/S0101-73302007000300007

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan/jun 2001.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, 2007 . Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302007000300015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 Ago 2008. doi: 10.1590/S0101-73302007000300015

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Juventude, violência e cidadania**: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez, 1998.